

Acta número quatro

Assembleia de Freguesia de Nogueira, Fraião e Lamações para o mandato 2013 – 2017

---Aos quinze dias do mês de maio de dois mil e catorze, no pólo dois da junta de freguesia de Nogueira, Fraião e Lamações, localizada na Av. Dr António Palha, 95 decorreu pelas vinte e uma horas e trinta minutos a assembleia extraordinária da assembleia de freguesia (AF) de Nogueira, Fraião e Lamações correspondente ao quadriénio dois mil e treze, dois mil e dezassete. A reunião foi presidida por Carlos Dourado, presidente da mesa da assembleia de freguesia, contou com a presença de todos os deputados eleitos das bancadas da coligação Juntos por Braga (JPB), Partido Socialista (PS), Coligação Democrática Unitária (CDU) e Cidadania em Movimento (CEM) estando André Matos presente em substituição da deputada Lúcia Rodrigues que tinha justificado a sua ausência junto da Mesa da Assembleia de Freguesia. Na Assembleia estiveram ainda presentes os cinco elementos que compõem o Executivo da freguesia. -----

---Foi entregue à mesa da Assembleia de Freguesia um pedido de suspensão de mandato por duas semanas, a contar a partir da presente data, da deputada Joana Maciel Ferreira da Costa, eleita pelo Partido Socialista por motivos pessoais, sendo substituída por Susana Rafaela Ferreira Leite. À mesa chegou também durante a semana a informação de suspensão de mandato da deputada Bárbara Seco de Barros eleita pela CDU, sendo substituída por Bruno André Ferreira Gomes da Silva.-----

--- A Assembleia contou com a seguinte ordem de trabalhos: -----

1. Proposta número um – Apreciação e votação das Revisões Orçamentais ao Orçamento para 2013 relativo ao período de trinta de setembro a trinta e um de dezembro;
2. Proposta número dois – Apreciação e votação do inventário e dos documentos de prestação de contas da Junta de freguesia de Nogueira, Fraião e Lamações relativo ao ano de 2013 no período de trinta de setembro a trinta e um de Dezembro.

--- Carlos Dourado, presidente da Assembleia de Freguesia, deu início à sessão extraordinária, solicitando que dentro do possível se aproximassem nas posições tomadas, imperando o bom senso. -----

--- José Manso, deputado do Partido Socialista, pediu a palavra para dizer que era seu entendimento que esta sessão da Assembleia de Freguesia deveria ser ordinária e não extraordinária, sublinhando que se o Presidente da Assembleia insistisse neste aspeto formal estaria a cometer uma ilegalidade. -----

--- Desta forma, solicitou a alteração do carácter da sessão da Assembleia de Freguesia de extraordinário para ordinário, alegando que dada a ausência do período antes da

Handwritten signature and initials in the top right corner.

ordem de trabalhos não poderia ver esclarecidas algumas questões por falta de enquadramento nos pontos da ordem de trabalhos. -----

--- Afirmou ainda que deveria haver um maior cuidado e primor no tratamento da informação servindo-se do exemplo referente à convocatória que refere erroneamente a Lei 5-A/2002, explanando que a lei que regula as convocatórias das assembleias é a Lei 75/2013. -----

--- O Presidente da Assembleia de Freguesia esclareceu que não era lícito fazer a alteração do carácter da Assembleia de Freguesia de extraordinário para ordinário, tendo em conta que tinha conhecimento que havia população que não havia comparecido à presente assembleia por esta ser de carácter extraordinário, não podendo assim intervir. Referiu ainda, que em Junho será realizada uma sessão ordinária, onde serão apresentadas as actas de todas as sessões, e onde haverá os períodos de intervenção antes da ordem de trabalhos e de esclarecimentos do público.-----

--- André Matos, deputado do CEM, pediu a palavra para dizer que concordava com a ideia veiculada pela bancada do Partido Socialista, defendendo que a reunião de aprovação de contas deve ter um carácter ordinário e não extraordinário, tendo referido que não percebe porque é que o adiamento da Assembleia de Freguesia do dia vinte e nove de abril significou a alteração do seu carácter de ordinário para extraordinário. -----

--- O Presidente da Assembleia explicou que o motivo pelo qual a sessão ordinária não se realizou na data inicialmente prevista já havia sido justificado, pelo que não havia mais nada a acrescentar. Assim sendo, avançou para o ponto número um da ordem de trabalhos. -----

--- Para intervirem neste ponto, inscreveram-se os deputados José Manso (PS), André Matos (CEM) e Bruno Silva (CDU). -----

--- O deputado José Manso (PS) iniciou a sua intervenção dizendo que os documentos das revisões orçamentais não eram de fácil leitura e contestou o facto de terem sido feitas três revisões orçamentais datadas do mesmo dia e não haver apenas uma revisão. Disse ainda que as revisões deveriam ter sido levadas a votação em sede de Assembleia de Freguesia, questionando os seus efeitos do ponto de vista orçamental, pelo que adiantou que o voto da bancada que representa seria negativo. Para além disso, acrescentou que o que considera mais grave é o facto de terem sido apagados os valores contidos nas rubricas das revisões orçamentais. -----

--- Continuou a sua intervenção, dizendo que existia uma incoerência entre as datas apresentadas nos documentos, na medida em que a ata n.º16/2014 de 23 de Abril apresentada pelo Executivo apenas referia como ponto único da ordem de trabalhos a apreciação e votação do inventário e dos documentos da prestação de contas, não

est - ✓
A
R

fazendo qualquer referência às revisões orçamentais, cujos documentos apresentados diziam terem sido aprovadas na mesma data. -----

--- Terminada a intervenção do deputado José Manso, foi dada a palavra ao deputado Bruno Silva (CDU) que disse que após ter verificado que o mapa das revisões que lhe foi enviado estar sem valores, tinha solicitado à Junta um novo mapa que incluísse os valores das revisões. Informou que, como até ao momento não lhe tinha sido reenviada a informação solicitada, não se poderia pronunciar relativamente a esta questão. -----

--- Finalizado o esclarecimento do deputado Bruno Silva (CDU), o deputado André Matos (CEM) interviu para sublinhar que também ele não possuía informação acerca dos valores atribuídos às revisões orçamentais, sendo que essa situação inviabilizava a votação das mesmas. -----

--- Depois de todos os deputados levantarem as suas questões, o Presidente da Assembleia de Freguesia passou a palavra ao Executivo, que procedeu aos esclarecimentos necessários na pessoa de João Marques, tesoureiro do Executivo. -----

--- João Marques iniciou a sua intervenção dizendo que solicitava que ficasse registado em ata a afirmação "*... de que os valores contidos nas rubricas das revisões orçamentais haviam sido apagados...*", proferida pelo senhor deputado José Manso. Acrescentou de que se tratava de uma acusação grave e que, inclusivé poderia ser encaminhada para o foro judicial. -----

--- No que respeita às interpelações levantadas acerca das revisões orçamentais, esclareceu que as revisões orçamentais apresentadas no ponto um da ordem de trabalhos respeitavam apenas à criação de rubricas que não estavam inscritas no orçamento inicial, e que a sua dotação foi feita através de alterações orçamentais, uma vez que o orçamento inicial não foi alterado em termos de valores globais, quer da despesa quer da receita. Desta forma, disse que sendo da competência da Assembleia de Freguesia a aprovação da criação de novas rubricas, elas estavam a ser apresentadas para votação, mas que a sua dotação como havia sido feita via alterações orçamentais (isto é, tinha havido transferência de valores entre rubricas), foi da responsabilidade exclusiva do Executivo (conforme é referido na legislação). -----

--- No que concerne ao fato de estas não apresentarem valores aquando da sua criação, disse que como se tratava apenas da sua inscrição não faria sentido atribuir-lhes quaisquer valor (mesmo que fosse zero). Para além disso, disse não conhecer nada na legislação que a isso o obrigasse. -----

--- Continuou a sua intervenção interpelando o deputado José Manso, e isto considerando que possuía mais experiência no âmbito do POCAL, perguntando-lhe diretamente qual era a sustentação legal para a sua afirmação acerca da obrigatoriedade das revisões apresentarem valores aquando da sua criação. Disse

conhecer o POCAL, e que depois de analisar os mapas legais aí indicados, constatou que há mapas que apresentam a letra "X" em determinadas colunas e posicionamentos. Da leitura da legislação e das legendas desses mapas, disse ter concluído que quando os mapas têm que referenciar valores há a indicação clara da referida letra "X". No mapa das revisões orçamentais apresentado no POCAL as colunas não têm qualquer indicação, pelo que seguindo o raciocínio atrás referido, a colocação de valores só será obrigatória quando no ato da criação da rubrica também estiver prevista um aumento do valor orçamental, caso contrário a inscrição será feita sem valores e a dotação será via alteração orçamental. -----

--- À interpelação de João Marques, o deputado José Manso disse não estar preparado para lhe responder, sublinhando que a sua experiência era em contabilidade privada.--

--- Depois desta intervenção, o deputado André Matos (CEM) pediu novamente a palavra para dizer que embora não fosse especialista em contabilidade, tinha alguma formação no âmbito do POCAL e, que por isso, era seu entendimento que as rubricas deveriam estar inscritas com o valor de zero, ainda que não houvesse previsão inicial de gasto, sublinhando que os valores constam nas contas e como tal não entendia porque é que a sua inscrição se apresentavam em branco. -----

--- Para além desta observação, solicitou ao Executivo um esclarecimento acerca das alterações efetuadas e dos valores reformulados. -----

--- Goreti Machado, presidente do Executivo, pediu ao Presidente da Assembleia de Freguesia autorização para que a técnica, Ivone Prazeres, pudesse prestar esclarecimentos relativamente às questões levantadas. -----

--- A autorização foi concedida, e Ivone Prazeres esclareceu que as rubricas criadas eram rubricas de carácter corrente. Informou que a sua criação se prendeu com o facto de, após o orçamento inicial ter sido apresentado, terem surgido despesas que não estavam contempladas nesse orçamento por desconhecimento das mesmas. No entanto, com o aparecimento das faturas e das necessidades a serem supridas houve a necessidade de assumir esses compromissos (que já vinham dos Executivos anteriores das extintas freguesias). Referiu que as despesas em questão respeitavam a serviços e fornecimentos de água e comunicações (serviços de internet) e aquisição de materiais para a limpeza do edifício sede. Disse ainda que, a título de exemplo, a rubrica relativa ao material de limpeza e higiene – Edifícios – Nogueira se encontrava a zero, pois apesar de a necessidade da rubrica ter surgido as faturas relativas às compras não tinham sido apresentadas, e por isso pagas, até 31 de dezembro. -----

--- Após este esclarecimento, o deputado André Matos (CEM) perguntou se estas rubricas criadas não deviam ter sido aprovadas antes de serem inseridas e movimentadas no orçamento, e afirmou ainda que não fazia sentido submeter a

Clem
R

aprovação das revisões orçamentais na mesma altura em que é submetida a conta de gerência. -----

--- À questão levantada, Ivone Prazeres respondeu que em verdadeiro rigor as revisões deveriam ser apresentadas antes de serem inseridas no orçamento, no entanto referiu que esta situação é uma prática habitual quando se está perante despesas de gestão corrente. Isto é, disse que quando se está perante despesas correntes (e não de investimentos) que, inclusivé já transitam de Executivos cessantes, não é anormal esta situação acontecer. Disse que, no caso concreto, nunca houve intenção de ultrapassar a Assembleia de Freguesia, mas apenas a necessidade de agilizar um procedimento que tinha que, efetivamente, ser assumido pelo Executivo. Referiu ainda que a legislação muitas vezes não se adequa à realidade pois não consegue acompanhar os problemas específicos das freguesias. A título de exemplo, referiu a Lei dos Compromissos em vigor, que ao ser integralmente cumprida inviabiliza o funcionamento da maior parte dos atos praticados pelas freguesias. Explicou que esta situação se deve ao facto de a legislação ser criada para todos os organismos públicos (quer da administração central quer da administração local) mas não diferenciar as especificidades de cada um desses organismos. -----

--- O deputado José Manso (PS) solicitou a palavra para dizer que, em sua opinião, a questão do aparecimento de despesas não inicialmente contempladas provavelmente não teria existido se o Executivo tivesse assumido os orçamentos anuais de cada uma das extintas freguesias e não apenas o orçamento dos últimos 3 meses do ano. Quis ainda comentar que no que respeita à Lei dos Compromissos reconhece que não é operacional, no entanto as juntas de freguesia são obrigadas a cumpri-la, nomeando situações de relevância material. -----

--- Ao comentário do deputado José Manso (PS), o tesoureiro do Executivo João Marques solicitou o uso da palavra para dizer ao senhor deputado que a Junta de Freguesia se limitou a cumprir a resolução do Tribunal de Contas de 2013 acerca desta matéria. -----

--- Não havendo mais nenhuma questão, o Presidente da Assembleia submeteu à votação o primeiro ponto da ordem de trabalhos, não tendo sido aprovado com sete votos contra (cinco votos do Partido Socialista, um da CDU e um do CEM) e com seis votos a favor, da Coligação Juntos por Braga. -----

--- A reunião prosseguiu com a discussão do segundo ponto da ordem de trabalhos referente à apreciação e votação do Inventário e dos Documentos de Prestação de Contas da Junta de Freguesia de Nogueira, Fraião e Lamações relativo ao ano de 2013 no período de trinta de setembro a trinta e um de dezembro, com os pedidos de intervenção dos deputados José Manso (PS) e André Matos (CEM). -----

--- O deputado José Manso (PS) foi o primeiro a intervir referindo que as contas a serem aprovadas deveriam ser as do ano de dois mil e treze e não dos três últimos meses de dois mil e treze, reforçando que alertou para este fato na assembleia de vinte e sete de dezembro de dois mil e treze, servindo-se do documento da CCDRN que, segundo ele, refere que devem ser votadas as contas da anualidade. Mencionou o fato do próprio documento não permitir a alteração e constar como cabeçalho a estrutura anual. Para além desta questão, solicitou esclarecimentos ao Executivo acerca das “Garantias para reforço de caução”, do valor elevado em caixa e da ausência do PPI. -----

--- Carlos Dourado passou a palavra a João Marques para responder às dúvidas da bancada socialista. À questão levantada relativamente ao período temporal das contas apresentadas, o tesoureiro do Executivo remeteu a sua resposta, novamente, para a Resolução 3/2013 – 2.ª S do Tribunal de Contas. No que respeita à questão relativa às “Garantias para o reforço de caução” explicou que as verbas aí inscritas respeitam às cauções retidas, e em posse da Junta, relativas às obras das habitações sociais de Fraião e ao jardim de infância de Lameações. Sobre o PPI, o tesoureiro referiu que se esse documento não foi apresentado na altura da elaboração do orçamento, não pode existir neste momento em que se está a apresentar a execução desse orçamento. -----

--- No que respeita à contagem física da caixa, explicou que o valor apresentado é elevado devido à existência de dois postos de correio. Para um melhor esclarecimento, João Marques solicitou ao Presidente da mesa autorização para a intervenção da técnica Ivone Prazeres. Depois da autorização ser concedida, Ivone Prazeres explicou que nos pólos de Fraião e Lameações funcionam Postos de Correio, e como tal, o dinheiro em caixa nesses dois sítios é muito superior ao existente na Sede, particularmente em Fraião cujo Posto de Correio procede ao pagamento de vales postais (reformas), movimentando mensalmente valores avultados. -----

--- Depois deste esclarecimento, foi dada a palavra ao deputado André Matos (CEM) que disse que, em sua opinião, o ponto em análise não deveria ser votado, dado que as revisões orçamentais apresentadas no ponto um tinham sido reprovadas, propondo que este ponto fosse retirado da ordem de trabalhos – o que não foi acolhido por nenhuma força partidária. Questionou ainda sobre o valor de renda do café detido pela Junta e que está concessionado, com o intuito de saber se é referente a um trimestre ou a um mês, pedindo ainda esclarecimentos sobre a rubrica de condecorações e prémios e dos subsídios atribuídos às associações. -----

--- João Marques procedeu aos esclarecimentos solicitados referindo que a renda é mensal e que na rubrica referente às condecorações e prémios estão contabilizados os valores gastos com as prendas de Natal oferecidas às crianças das escolas da Freguesias, e com os bens oferecidos à população nas atividades do Magusto e do

almoço de Natal dos idosos. No que respeita aos subsídios atribuídos, informou acerca das entidades a quem foram entregues, tendo referido que os escuteiros de Fraião não levantaram o valor correspondente à sua actividade em dois mil e treze. Disse ainda que a sugestão de estes subsídios se encontrarem devidamente descriminados no orçamento foi acolhida pelo Executivo e estará refletida no próximo orçamento. -----

--- Não havendo mais nenhuma questão a ser esclarecida, o Presidente da Assembleia submeteu à votação o segundo ponto da ordem de trabalhos, não tendo sido aprovado com sete votos contra (cinco votos do Partido Socialista, um da CDU e um do CEM) e com seis votos a favor, da Coligação Juntos por Braga. -----

---Nada mais havendo a tratar, o presidente da Assembleia de Freguesia deu por terminada a sessão da qual resulta a presente acta, que depois de lida será assinada pela mesa. -----

---Presidente da Assembleia de Freguesia: Carlos Encar Duarte da Silva 21/5

---Primeira Secretária: Esmeralda Duarte Gomes

---Segunda Secretária: Luísa Pereira